

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Nome

Código Ato

Eventos

006

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER E CLAUDIO DA CUNHA VALLE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

Deferido em 24/06/2019 e arquivado em 24/06/2019


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/361771-4

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

19

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2019/361771-4 Data do protocolo: 19/06/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/06/2019 SOB O NÚMERO 00003661124 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 83F68DB1C73DEC288A9A41A0EA4AC0C65C9FFD315BE1842E88233413B041E6A4

Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/19



CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 24 de abril de 2019, às 15h00, na sede da Concessionária Viario S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Euzébio Almeida, nº. 2.500, Jardim Sulacap, CEP 21.741-172, Rio de Janeiro/RJ.
2. **PRESENÇA:** Foram cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes e apostas no "Livro Registro de Presença de Acionistas".
3. **CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** (i) Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados, em conformidade com a Lei, pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 4º do artigo 133 da LSA; e (ii) o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram publicados em 29 de março de 2019 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, parte V, páginas 102, 103, 104 e 105 e no Diário Comercial do Rio de Janeiro, páginas 47, 48, 49 e 50.
4. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ricardo Antônio Mello Castanheira e o Sr. Guilherme Motta Gomes, como secretário.
5. **LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral.
6. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital da Companhia referente ao exercício de 2019; (iii) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iv) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal e a eleição de seus membros titulares e suplentes; e (v) deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e individual dos membros do Conselho Fiscal.
7. **DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, aprovaram:

VR/AGO/19/RVL

Página 1 de 3

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF Nº. 15.440.708/0001-30

NIRE Nº. 33.3.0030232-8

COMPANHIA FECHADA

7.1. A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA;

7.2. O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicados conforme o item “Convocações e Publicações Prévias” acima, já devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), conforme Relatório datado de 28 de março de 2019;

7.3. O orçamento de capital para o exercício de 2019, no valor de R\$ 12.101.000,00 (doze milhões, cento e um mil reais);

7.4. Nos termos do disposto no artigo 22, “c” do Estatuto Social da Companhia, considerando que há prejuízos apurados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a deliberação sobre a destinação dos resultados ficou prejudicada, não havendo qualquer distribuição;

7.5. A instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 19 do Estatuto Social;

7.6. Em decorrência do disposto no item 7.5. acima, a reeleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal da Companhia: **(1) Sr. PAULO YUKIO FUKUZAKI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.194.341-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 073.215.168-65, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, como membro efetivo e respectivo suplente Sr. **NILTON SANCHES TETTI**, brasileiro, separado judicialmente, coordenador fiscal, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.766.814-X – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 011.648.698-84, com endereço profissional na Rua Barão de Teffé, nº. 1.300, Jardim Ana Maria, CEP 13208-761, Jundiaí/SP; **(2) Sra. ÉRIKA NATSUMI MATSUMOTO**, brasileira, solteira, administradora de empresa, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 16.153.725 – SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº. 086.758.538-23, com endereço profissional na Rua Barão de Teffé, nº. 1.300, Jardim Ana Maria, CEP 13208-761, Jundiaí/SP, como membro efetivo e respectivo suplente Sr. **ANDERSON LOPES BRASIL**, brasileiro, casado contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 25.440.310-4 inscrito no CPF/MF sob o nº. 154.061.088-83, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP; e **(3) Sr. LEANDRO FERREIRA GONÇALVES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº. 13248531-9 (IFP) e inscrito no CPF/MF sob o nº. 103.469.427-80, como membro efetivo e respectivo suplente Sr. **LUCAS DE CASTRO MAIA**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de



VR/AGO/19/RVL

Página 2 de 3

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

CNPJ/MF N.º 15.440.708/0001-30

NIRE N.º 33.3.0030232-8

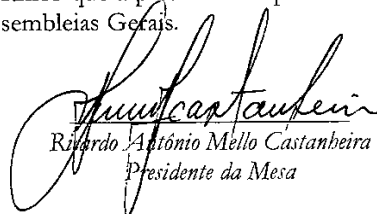
COMPANHIA FECHADA

Identidade RG n.º MG-13.949.550, inscrito no CPF/MF sob o n.º 071.231.486-57, ambos com endereço profissional na Avenida Almirante Barroso, n.º 52 – salas 801, 3001 e 3002, Centro, CEP: 20031-000, Rio de Janeiro/RJ, para o mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de 2020, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. Os conselheiros fiscais ora reeleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrados em livro próprio, tendo apresentado previamente à Companhia declaração de que preenchem os requisitos previstos no artigo 162, da LSA, a qual ficará arquivada na sede da Companhia;

7.7. A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Foi, ainda, aprovada a remuneração, para cada membro do Conselho Fiscal, prevista no §3º do artigo 162 da LSA, correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros). Para o exercício social de 2019, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia e aos Membros do Conselho Fiscal, vez que os membros do Conselho de Administração, quando empossados para o mandato 2018/2020 renunciaram à remuneração anual, conforme Termos de Renúncia à Remuneração assinados na oportunidade da posse.

8. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro/RJ, 24 de abril de 2019. **Assinaturas:** Ricardo Antônio Mello Castanheira, Presidente da Mesa e Guilherme Motta Gomes, Secretário. **Acionistas:** (1) CCR S.A., pelo Sr. Paulo Yukio Fukuzaki; e (2) Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR, pelo Sr. Enio Stein.

Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais.


Ricardo Antônio Mello Castanheira
Presidente da Mesa


Guilherme Motta Gomes
Secretário

VR/AGO/19/RV7.

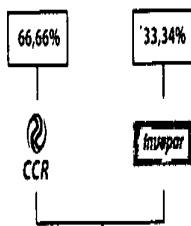
Página 3 de 3

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ nº 15.440.708/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia"), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. 1.2. Apresentação: Contrato de Concessão: A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ" ou "Poder Concedente"). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 2047. Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia ("Subsídio"), autorizado por lei municipal. Perfil da Concessionária: A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túnel, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande. A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus - na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico. A Companhia é operada a partir de um prédio localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários. O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boituva, Jacarepaguá. Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br. Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



VIA RIO

1.3. Destaques: Operação: Em outubro, houve uma readequação da praça de pedágio principal que gerou um aumento de capacidade de 20% nas cabines manuais com impacto direto na diminuição do tempo de fila na praça, melhora da fluidez da via e aumento da atratividade do negócio. Comunicação: Realização de um plano de comunicação estruturado para tornar a via conhecida e, consequentemente, aumentar o volume de tráfego. A campanha teve foco a divulgação dos atributos: Tempo e Segurança. Eficiência: A Companhia reavaliou sua estrutura e processos para aumentar a eficiência da empresa e reduzir seus custos e despesas. 2. Estratégia de Gestão: 2.1. Governança Corporativa: Estrutura do Conselho e Diretoria:

Membros do

Membros da Diretoria

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria
Guilherme Motta Gomes	
Josiane Carvalho de Almeida	
André Luiz Araújo Silva	

Políticas de Compliance: A Companhia implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta ("Código"), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia. Além disso, a Companhia implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viario/>). Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo. 2.2. Gestão de Pessoas: Treinamentos: Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o "Projeto Integração", garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros instrumentos institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2018 foram realizadas 67 horas de treinamentos visando esta qualificação. Ainda em 2018 foram realizadas 418 horas de treinamentos técnicos voltados a capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 485 horas de treinamento. Oportunidades Internas: A Companhia busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores e 8 colaboradores tiveram a oportunidade de mudar de função neste ano. Jovem Aprendiz: Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho aos jovens. Através do Programa "Jovem Aprendiz", a Companhia contribui no desenvolvimento destes futuros profissionais no aprendizado das atividades da Companhia, e os preparando para o mercado de trabalho, além de estimulá-los na continuidade de sua formação acadêmica. Pessoas com deficiência (PCD): Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2018 foi de 190 e 125, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Receita operacional:

Faturamento (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	136.568	103.730	32.838	32%
Receitas de construção (ICPC 01)	1.357	23.954	(22.597)	-94%
Receitas acessórias	55	49	6	12%
Receita bruta	137.980	127.733	10.247	8%
(-) Impostos sobre receitas	(11.887)	(9.000)	(2.887)	32%
(-) Devoluções e abatimentos	(178)	(187)	9	-5%
(-) Deduções das receitas brutas	(12.065)	(9.187)	(2.878)	31%
Receita líquida	125.915	118.546	7.369	6%

O valor total de receita bruta no ano de 2018 foi de R\$ 137,9 milhões, sendo que R\$ 136,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva de 32% quando comparado aos R\$ 103,7 milhões do exercício de 2017. Esse aumento se justifica com a abertura das alças no dia 15 de fevereiro de 2018, somando-se a isso o constante crescimento do tráfego na Via e o reajuste da tarifa de pedágio. Em 2018 passaram pela praça de pedágio principal um total de 18,8 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP). 3.2. Custos e despesas:

Custos e Despesas (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	(13.186)	(14.476)	1.290	-9%
Custo com Pessoal	(19.421)	(22.897)	3.476	-15%

variação de 10% deu-se principalmente pelo projeto de reestruturação dos processos da Companhia. 3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	(86.225)	(148.363)	62.138	-42%
Juros sobre débitos e financiamentos	(63.741)	(105.162)	41.421	-39%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(22.044)	(44.518)	22.474	-50%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção (212)	(38)	(174)	136	-78%
Capitalização de custo dos empréstimos	375	1.790	(1.415)	-79%
Outras despesas financeiras	(603)	(635)	32	-5%
Receitas Financeiras	1.966	47.235	(45.269)	-96%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-	46.520	(46.520)	-100%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.930	358	1.572	439%
Variações Cambiais s/ fornecedores estrangeiros	-	3	(3)	-100%
Juros e outras receitas financeiras	36	354	(318)	-90%
Resultado Financeiro Líquido	(84.259)	(101.328)	17.069	-17%

A Companhia finalizou o exercício de 2018 com um resultado financeiro de R\$ 84,2 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre débitos e financiamentos. Quando comparados ao exercício anterior, temos uma redução dos juros devido a captação do financiamento de longo prazo com melhores taxas, em fevereiro de 2018. 3.4. Endividamento: Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 628,3 milhões, empréstimo de longo prazo captado pela companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018, dívida estruturada junto aos bancos. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028. Ao longo do ano de 2018 a Companhia firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 84,5 milhões, com vencimento em janeiro de 2034. 3.5. Investimentos: No ano de 2018 foram realizados R\$ 4,5 milhões em investimentos, destacando-se: automação do túnel, melhoria do revestimento vegetal dos taludes, implantação de melhoria e ampliação do sistema de drenagem da Via, melhoria e ampliação de contenções em cortes e aterros. 3.6. Dividendos propostos: Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2018 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício. 4. Sustentabilidade: Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2018 foram realizadas as seguintes ações: Cine em Casa: Cinema itinerante com a participação de 1.013 pessoas diretamente e 4.052 indiretamente. Projeto BuZum: Realização do teatro de bonecos adaptado dentro de um ônibus com temáticas educativas para os alunos da rede pública. Programa Caminhos para Cidadania: Educação no trânsito, cidadania e meio ambiente para alunos da rede pública de ensino. Em 2018 o programa atendeu a 2.524 alunos e 68 professores em diversas regiões do entorno. Nosso Mundo Melhor: Voluntariado: Essa campanha reuniu os colaboradores da Companhia para uma ação de voluntariado de reforma da brinquedoteca e biblioteca com material reciclado na associação dos conselheiros tutelares do município do Rio de Janeiro. 5. Considerações finais: 5.1. Auditores Independentes: Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Aplicações financeiras	6	50.390	7.841	Financiamentos	12	2.280	2.411	Custo de construção		(1.357)	(23.954)
Contas a receber	7	5.108	4.637	Fornecedores				Serviços		(7.709)	(9.505)
Imposto de renda e contribuição social			1.586	Contas a pagar - partes relacionadas	9	361	108	Depreciação e amortização	10 e 11	(27.969)	(25.686)
Outros tributos a recuperar		369	558	Impostos e contribuições a recolher		1.419	3.227	Custo com pessoal		(13.344)	(15.972)
Seguros a apropriar		594	717	Obrigações sociais e trabalhistas		3.649	4.315	Provisão de manutenção	15	(2.336)	(757)
Encargos financeiros a apropriar			2.331	Outras contas a pagar		452	58	Materiais, equipamentos e veículos		(1.157)	(1.022)
Despesas antecipadas e outros		472	346	Total do passivo circulante		34.819	689.040	Outros		(5.494)	(5.755)
Adiantamento a fornecedores		164	206	Não circulante						(59.358)	(82.861)
Total do ativo circulante		67.830	19.819	Debêntures	13	601.669	-	Lucro bruto		66.557	35.885
Não circulante				Mútuos - partes relacionadas	9	265.239	161.760	Despesas operacionais			
Realizável a longo prazo				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	69	97	Despesas com pessoal		(6.077)	(6.925)
Conta Reserva		13	-	Impostos a recolher		7.473	4.316	Serviços de terceiros		(5.477)	(4.971)
Impostos diferidos	8b	78.077	67.780	Provisão de manutenção	15	3.432	882	Materiais, equipamentos e veículos		(286)	(313)
Despesas antecipadas		2.817	1.623	Outras contas a pagar		39	57	Depreciação e amortização	10 e 11	(539)	(487)
		80.907	69.403	Total do passivo não circulante		877.921	167.112	Água, luz, telefone, internet e gás		(692)	(239)
Imobilizado	10	34.524	36.344	Patrimônio líquido				Provisão para perda esperada - Contas a receber		(4)	(2)
Intangível	11	855.147	880.571	Capital social	16a	283.191	283.191	Outros		(889)	(1.002)
Intangível em construção	11	3.685	-	Prejuízos acumulados		(153.838)	(133.206)			(13.364)	(13.939)
Total do ativo não circulante		974.263	986.318	Total do passivo e patrimônio líquido		1.042.093	1.006.137	Outros resultados operacionais		737	224
Total do ativo		1.042.093	1.006.137					Resultado antes do resultado financeiro		53.330	22.170
								Resultado financeiro	18	(84.259)	(101.328)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de Reais)

	2018	2017		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Obrigações sociais e trabalhistas	(666)	(1.365)
Prejuízo líquido do exercício	(20.632)	(52.167)	Outras contas a pagar	376	(43)
Ajustes por:			Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	86.819	(15.685)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.297)	(26.991)	Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Depreciação e amortização	28.506	26.183	Aquisição de ativo imobilizado	(3.240)	(2.727)
Juros sobre debêntures e financiamentos	63.741	105.162	Aquisição de ativo intangível	(1.334)	(23.143)
Capitalização de custo de empréstimos	(375)	(1.790)	Aplicações financeiras líquidas de resgate	(42.549)	(7.841)
Constituição da provisão de manutenção	2.338	757	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(47.123)	(33.711)
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	212	38	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1	37	Aplicações na conta reserva	(13)	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	3	2	Financiamentos e debêntures:		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	22.044	(2.002)	Captações	603.641	441.365
Atualização monetária sfiscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	8	-	Pagamentos de principal	(588.419)	(400.000)
Variações Cambiais sfornecedores estrangeiros	-	(3)	Pagamentos de juros	(119.557)	(33.366)
	106.183	101.393	Mútuos com partes relacionadas:		
Variações nos ativos e passivos			Captações	84.590	42.814
(Aumento) redução dos ativos			Pagamentos	-	(11.943)
Contas a receber	(474)	(1.553)	Caixa líquido (usado nas) provenientes de atividades de		
Tributos a recuperar	1.777	3.220	financiamento	(29.758)	38.870
Despesas antecipadas e outros	1.134	(579)	Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	9.138	(10.526)
Adiantamento a fornecedores	42	195	Demonstração do aumento/(redução) do caixa e		
Aumento (redução) dos passivos			equivalentes de caixa		
Fornecedores	(131)	(5.117)	No início do exercício	1.595	12.121
Contas a pagar - partes relacionadas	(2.902)	(64.248)	No final do exercício	10.733	1.595
Impostos e contribuições a recolher	1.349	4.579		9.138	(10.526)
Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(37)	-			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica ("Concessão"). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012. O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada das Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Cúcnica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boituva, Jacarepaguá.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Moeda estrangeira:** Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados. **b) Receitas de contratos com clientes:** A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritas na letra "p" desta nota. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo o ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **c) Instrumentos financeiros:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra "p" desta nota. • Classificação: A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR: • São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR. Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. • Mensuração e desreconhecimento: **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Para fins

continua

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado. **Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Capital social - ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **f) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer ou-

recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **g) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **h) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **i) Benefícios a empregados:** Benefícios de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da reme-

diabilidade aprovado pela administração. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **n) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia é a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **p) Adoção inicial do normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas: **CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:** Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante quanto das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita das demonstrações financeiras. Os valores dos projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada. O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 2.282. **CPC 48 - Instrumentos financeiros:** Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns controles para comprar ou vender itens não financeiros.

seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. g) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a mensuração para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ação não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um

custo de geração de lucros tributários, unificadas em estudo técnico

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	4.637	4.637

ii. **Impairment de ativos financeiros:** Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do impairment de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma. q) **Novas Normas e Interpretações ainda não efetivos:** A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma. O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O impacto da aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em financiamentos e debêntures. As análises associadas à mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos. A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Outras normas: A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes: - ICP 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro. - Características de pré-pagamento com remuneração negativa. - Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC 33). - Ciclo de melhorias anuais nas normas CPC 2015-2017 - Várias normas. - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC. - CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 28 de março de 2019, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2o Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICP 01 (R1)
- 7. Provisão para perda esperada
- 8o Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis

- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) **Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais, debêntures e aplicações financeiras. Delatamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13. c) **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamento e debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de Entre 1 e Entre 2 e Entre 3 e Acima de				
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos
Debêntures (a)	62.959	78.609	95.396	115.386	689.603
Fornecedores e outras contas a pagar	2.732	18	18	3	-
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	714.758
Contas a pagar - partes relacionadas	361	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação	-	-	-	-	-
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2018	2017			
Caixas e bancos	1.433	1.595			
Fundos de investimentos e CDB	9.300	-			
	10.733	1.595			
	2018	2017			
Aplicações financeiras	-	-			
Fundos de investimentos	50.390	7.841			
	50.390	7.841			

continua

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,24% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,93% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

11 (458) (591) (1.049)
(5.502) (4.782) (10.284)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. (b) Bens totalmente depreciados.

	2018	2017		2017	2018
Circulante	14		11. Intangível		
Receitas acessórias (a)	5.099	4.639	Movimentação do custo	Saldo Inicial	Saldo final
Pedágio eletrônico (b)	5.113	4.639		Adoção Inicial	Adições
	(5)	(2)		CPC 47	Adições
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	5.108	4.637	Direitos de exploração da infraestrutura	178	903.204
			Direitos de uso de sistemas informatizados	3.490	3.896
			Intangível	908.798	907.100
			Intangível em construção	2.282	1.581
			Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 247 em 2018 (R\$ 464 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de financiamentos e debêntures) e 15,44% a.a. em 2017.	(178)	3.885
			Movimentação da amortização	Saldo Inicial	Saldo final
				Adições	
			Direitos de exploração da infraestrutura	(26.642)	(49.661)
			Direitos de uso de sistemas informatizados	(1.585)	(2.292)
				(28.227)	(51.953)

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; (b) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio) decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em prazo médio de 30 dias; e (c) A Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para o negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2018	2017		2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(30.929)	(79.158)	Instituições financeiras	2.521	-
Alíquota nominal	34%	34%	Caixa Econômica Federal	920	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	10.516	26.914	2. Banco BTG Pactual S.A.	-	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	(51)	(43)			
Despesas indedutíveis	(167)	122			
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(1)	(2)			
Outros ajustes tributários	10.297	26.991			
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	33%	34%			
Alíquota efetiva de impostos					

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2018	2017		2018	2017
Reconhecido	Valor Ativo	Passivo			
2017 no resultado	Líquido	diferido			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	123.132			
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	573			
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	2			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	33	23			
Constituição da provisão de manutenção	298	1.167			
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(40.649)	10.956			
Provisão para Fornecedores	117	117			
Outros	8	8			
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	67.780	135.978			
Compensação de imposto	-	(57.901)			
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	67.780	78.077			

	2018	2017		2018	2017
Reconhecido	Valor Ativo	Passivo			
2016 no resultado	Líquido	diferido			
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	77.152	107.483			
Provisão para participação nos resultados (PLR)	661	614			
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	1			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	20	33			
Constituição da provisão de manutenção	29	298			
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(37.073)	13.017			
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	40.789	121.446			

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui taxas aplicáveis, estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui taxas aplicáveis, estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui taxas aplicáveis, estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

(b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, mais de uma série/franquia, está apresentada à taxa média ponderada. Garantias: (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, mais de uma série/franquia, está apresentada à taxa média ponderada. Garantias: (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, mais de uma série/franquia, está apresentada à taxa média ponderada. Garantias: (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, mais de uma série/franquia, está apresentada à taxa média ponderada.

(c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. (c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. (c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

	2018	2017		2018	2017
Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação			
1. 6ª Emissão - Série Única	CDI + 4,50% a.a.	6,1462%(a)			
2. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425%(a)			
Circulante					
Debêntures					
Custos de transação					

(b) Salvo de utilização temporária de recursos de capital, os recursos de capital não serão utilizados para a aquisição de bens e valores mobiliários e não serão empregados para o pagamento de empréstimos capitalizados. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

9. Partes relacionadas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2018				
	Transações			Saldos	
	Despesas financeiras	Serviços prestados	Imobilizado/ Intangível	Mutuos	Contas a Pagar
Controladoras					
CCR S.A.	14.694 (b)	1.660 (a)	655 (a)	176.780 (b)	136 (a)
Invepar	7.350 (b)	-	-	88.459 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CPC	-	1.329 (d)	1.180 (d)	-	160 (c)
Barças	-	-	-	-	32 (e)
ViaLagos	-	-	-	-	33 (e)
	-	-	-	-	361
Total circulante	-	-	-	265.239	-
Total não circulante	-	-	-	-	361
Total	22.044	2.989	1.835	265.239	361

Total	2017					Saldos	
	Transações				Passivo		
	Despesas	Receitas	Serviços	Intangível	Mútuos	Contas a Pagar	
	financeiras	financeiras	prestados				
Controladoras							108
CCR S.A.	9.523 (b)	-	1.481 (a)	-	107.813 (b)		
Odebrecht Rodovias S.A.	597 (b)	-	-	-			
Invepar	5.062 (b)	-	-	-	53.947 (b)		
Outras partes relacionadas							
Consórcio Construtor Transrio	29.336 (c)	46.520 (c)	-	17.803 (c)	-		108
Total circulante					161.760		
Total não circulante					161.760		108
Total	44.518	46.520	1.481	17.803			

Despesas com profissionais - chave da Administração

Despesas com profissionais - chave de Administração	2018	2017
Remuneração (f)	1.613	2.939
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	26	
Previdência privada	2	
Seguro de vida	1.641	3.000

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2018	2019
Saldos a pagar aos profissionais chave da administração	19	

Remuneração dos administradores (f)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 30 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual aos membros da Diretoria da Companhia no montante de R\$ 3.300. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados ("PLR") e não incluídos os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração. a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Ativa, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a.. O vencimento de 1 contrato será em 01 de junho de 2028 e de 7 contratos em 16 de janeiro de 2034; c) Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo consórcio construtor através do contrato firmado em 26 de abril de 2012, para execução das obras civis de implantação da Ligação Transilpânica; d) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento; e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores; e f) Contempla o valor total de remuneração fixa mensal atribuída aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2017		2018	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	1.104	-	1	1.105
Máquinas e equipamentos	30.817	-	393	31.210
Veículos	3.519	-	2	3.521
Instalações e edificações	436	-	-	436
Sistemas operacionais	5.313	-	65	5.378
Imobilizações em andamento	657	3.368	(867)	3.158
	41.846	3.368	(406)	44.808

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 128 em 2018 (R\$ 1.236 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e débitos) e 15,44% a.a. em 2017.

Movimentação da depreciação

Movimentação da depreciação	Taxa média anual de depreciação %	2017	2018
		Saldo inicial	Adições Saldo final
Móveis e utensílios	10	(159)	(110) (269)
Máquinas e equipamentos	10	(3.252)	(3.215) (6.467)
Veículos	25	(1.197)	(866) (2.063)
Instalações e edificações	(b)	(436)	- (436)

2023 em diante

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de debêntures, segundo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. 1. Em 27 de abril de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 433.000, em série única, com fiança corporativa proporcional à participação dos acionistas, vencimento em 27 de novembro de 2017, com remuneração do CDI + 5,50% a.a. e o pagamento de juros e principal no vencimento. Em 24 de novembro de 2017, ocorreu o 1º adiantamento da escritura da 6ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018. Em 20 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado total da 6ª emissão de debêntures. 2. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelos acionistas. A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão. A remuneração e o prêmio para resgate antecipado serão aplicados durante o período de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, sendo que em 05 de fevereiro de 2023 a remuneração e os prêmios de resgate deverão ser repactuados pela emissora. Caso os debentistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adotar a totalidade das debêntures na data de repactuação. Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contrair dividas adicionais acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital. As debêntures contam com obrigação de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos 6 (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado, por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos na referida conta vinculada deixará de se aplicar, e a garantia será liberada. A debênture contará com as seguintes garantias: (i) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade dos acionistas; (ii) **Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tomar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados; (iii) **Garantia fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, os acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debentistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da Emissora; (iv) **Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Divida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Divida seja preenchida. Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização da 7ª emissão, foram utilizados para o pagamento total de sua sexta emissão de debêntures e para o pagamento de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") contratada junto à Caixa Econômica Federal.

76 14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

14. **Provisão para riscos legais, trabalhistas e previdenciários.** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	2017				2018	
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	5	14	(5)	(14)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	92	27	(35)	(23)	8	69
	97	41	(40)	(37)		69

A Companhia possui outros riscos relativos a questões civis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2018	2017
Cíveis	-	349
Trabalhistas e previdenciários	-	658
Total	-	1.007

210 15. Provisão de manutenção

	2017	2018
Saldo Inicial	-	-
Constituição de provisão a valor presente	882	2.338
Ajuste a valor presente	-	212
Saldo final	882	2.550

378 Não circulante
158 As taxas anuais de 2017 e 2018 para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

808 16. Patrimônio Líquido

16. Patrimônio Líquido

Participação acionária	2018		2017	
	Ativos Integralizados	Ativos Integralizados	Ativos Integralizados	Ativos Integralizados
Investimentos e Participações em				
Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374
Total		361.637.226	283.191	361.637.226

continuu



Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

b) Resultado por ação - básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2018	2017	Financiamentos (a) (b)	208.444	208.496
Numerador			Debitamentos (a) (b)	642.693	726.093
Prejuízo líquido	(20.632)	(52.167)	a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação. b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:		
Denominador				472.389	475.273
Média ponderada de ações (em milhares)	361.637	361.637			
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,0571)	(0,1443)			

17. Receitas

	2018	2017	Nível 2:		
Receitas de pedágio	136.568	103.730	Aplicações financeiras e conta reserva	59.703	7.841
Receitas de construção (ICPC 01 / R1)	1.357	23.954	Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo está demonstrado o valor resultante		
Receitas acessórias	55	49			
Receita bruta	137.980	127.733			
Impostos sobre receitas	(11.887)	(9.000)			
Devoluições e abatimentos	(178)	(187)			
Deduções das receitas brutas	(12.065)	(9.187)			
Receita líquida	125.915	118.546			

18. Resultado financeiro

	2018	2017		2018	2017
Despesas financeiras					
Juros sobre debêntures e financiamentos	(63.741)	(105.162)			
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(22.044)	(44.518)			
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(212)	(38)			
Capitalização de custo dos empréstimos	375	1.790			
Outras despesas financeiras	(683)	(635)			
	(86.225)	(148.563)			

Receitas financeiras

	2018	2017		2018	2017
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas					
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.930	358			
Variações Cambiais e Fornecedores estrangeiros	36	354			
Juros e outras receitas financeiras	1.966	47.235			
	(84.259)	(101.328)			

Resultado financeiro líquido**19. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2018	2017		2018	2017
	Ativos	Passivo		Ativos	Passivo
	financeiros	financeiro		financeiros	financeiro
Valor justo mensurados através do resultado			Valor justo mensurados através do resultado		
amortizado			amortizado		
Ativos			Ativos		
Caixa e bancos	1.433	-	1.595	-	-
Aplicações financeiras	59.690	-	7.841	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	13	-	-	-	-
Contas a receber	-	5.108	-	4.637	-
Passivos					

As taxas de juros consideradas foram:

	CDI ^m	6,40%	8,00%	9,50%
--	------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável; (2) Refere-se a taxa de 31/12/2016, divulgada pela B3; (3) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Demonstração do fluxo de caixa: a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos. b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Mútuos com partes		Aplicações financeiras -	Total
	Financiamento	Debêntures relacionadas	conta reserva	
Saldo Inicial	(207.739)	(471.182)	(161.760)	- (840.681)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(603.641)	(84.590)	- (688.231)
Pagamentos de principal e juros	211.994	505.982	-	- 717.976
Aplicações (conta reserva)	-	-	-	13 13
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	211.994	(97.659)	(84.590)	13 29.758
Outras variações				
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(4.255)	(58.486)	(22.044)	- (85.785)
Outras variações	-	-	3.155	- 3.155
Total das outras variações	(4.255)	(58.486)	(18.889)	- (82.630)
Saldo Final	-	(629.327)	(265.239)	13 (893.553)

	2018	2017		2018	2017
Composição do Conselho de Administração			Composição da Diretoria		
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Presidente do Conselho		João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente	
João Daniel Marques da Silva	Conselheiro		Flávio de Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro	
Sami Farah Junior	Conselheiro				

em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares que possuem liquidez diária com recarga na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar, e contas a pagar - partes relacionadas - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Mútuos - partes relacionadas - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. • Financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem votadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2019.

Paulo Yukio Fukuzaki

Erika Natsumi Matsumoto

Leandro Ferreira Gonçalves

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária ViaRio S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. a) Redução do valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão: Conforme mencionado nas notas explicativas 2(f) e 11, a Companhia avaliou a existência de indicador de redução do valor recuperável e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura devido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia no cálculo de redução do valor recuperável, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim com as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Conforme mencionado nas notas explicativas 2(f) e 8, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(f) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio

dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, no fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP/144280-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-6

Id: 2171826

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONCESSIONARIA VIARIO S A

NIRE: 333.0030232-8 Protocolo: 00-2019/361771-4 Data do protocolo: 19/06/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/06/2019 SOB O NÚMERO 00003661124 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 83F68DB1C73DEC288A9A41A0EA4AC0C65C9FFD315BE1842E88233413B041E6A4

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 13/19



Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte natureza:	2017	Reconhecido no resultado	2018	
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido / Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	107.483	15.649	123.132	123.132
Provisão para participação nos resultados (PLR)	614	(41)	573	573
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	1	2	2
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	33	(10)	23	23
Constituição da provisão de manutenção	298	869	1.167	1.167
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(40.649)	(6.296)	(46.945)	10.956 (57.901)
Provisão para Fornecedores	-	117	117	117
Outros	-	8	8	8
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	67.780	10.297	78.077	135.978 (57.901)
Compensação de imposto	-	-	-	(57.901)
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	67.780	10.297	78.077	78.077 57.901

	Reconhecido	Valor	fiscal	fiscal
	2016	no resultado	Líquido	diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	77.152	30.331	107.483	107.483
Provisão para participação nos resultados (PLR)	661	(47)	614	614
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	1	1	1
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	20	13	33	33
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	29	269	298	298
Constituição da provisão de manutenção	(37.073)	(3.578)	(40.649)	13.017 (53.666)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	40.789	26.991	67.780	121.446 (53.666)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação				(53.666) 53.666
Compensação de imposto	40.789	26.991	67.780	67.780

Compensação de imposto
Imposto diferido líquido ativo (passivo)

(a) A Companhia estuda recuperar o terreno para uso social nos seguintes exercícios:

2020
2021
2022
2023
de 2024 em diante

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados. A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

realizada en plazo
Bates relacionadas

9. Partes relacionadas

	2018	Saldo
		Passivo

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017
1.6ª Emissão - Série Única CDI + 4,50% a.a.		6,1462%(a)	8.518		Fevereiro de 2018	-	471.182(b)
					Fevereiro de 2018		
			16.359	<u>14.366</u>	de 2018	628.327	(b)
				<u>14.366</u>		628.327	471.182
2.7ª Emissão - Série Única CDI + 2,90% a.a.		3,3425%(a)				28.893	472.389
						(2.235)	(1.207)
						<u>26.658</u>	<u>471.182</u>
Circulante						613.800	
Debêntures						(12.131)	
Custos de transação						<u>601.669</u>	
Não Circulante							
Debêntures							
Custos de transação							

Debitores
Custos de transação

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. Garantias: (b) Fiança corporativa proporcional da acionistas. Cronograma de desembolsos (não circulante)

2018
18.291
12.850

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de debêntures, segundo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições e garantias pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 27 de abril de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, no valor nominal total de R\$ 433.000, em série única, com fiança corporativa proporcional à participação dos acionistas, vencimento em 27 de novembro de 2017, com remuneração de CDI + 4,50% a.a. e pagamento de juros e principal no vencimento. Em 24 de novembro de 2017, ocorreu o 1º aditamento da escritura da 6ª emissão de debêntures para prorrogação da data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018. Em 20 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado total da 6ª emissão de debêntures. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1ª série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas. A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão. As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão. A remuneração e o prêmio para resgate antecipado serão aplicados durante o período de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, sendo que em 05 de fevereiro de 2023 a remuneração e os prêmios de resgate deverão ser repactuados pela emissora. Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de repactuação no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação. Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá fazer depósito adicional acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital. As debêntures contam com obrigação contratual de depósito e garantia real, que obriga a Companhia a depositar mensalmente em conta vinculada, ao longo dos (seis) últimos meses de vigência das debêntures, o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor do principal atualizado por meio de depósito. Caso, durante a vigência das debêntures, o prazo contratual da concessão seja estendido em, no mínimo, 1 (um) ano, a obrigação da Companhia de depositar recursos nas seguintes garantias: (i) Alienação fiduciária de se aplicar, e a garantia será liberada. A debênture contará com as seguintes garantias: (i) Alienação fiduciária sobre todos os ativos de propriedade da emissora, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores de titularidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas; (ii) Cessão fiduciária, sobre todos os



Instalações e edificações	5.313	-	65	5.378
Sistemas operacionais	657	3.368	(867)	3.158
Imobilizações em andamento	41.846	3.368	(406)	44.808

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 128 em 2018 (R\$ 1.236 em 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 15,44% a.a. em 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017			2018		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(159)	(110)	(269)	(159)	(110)	(269)
Máquinas e equipamentos	10	(3.252)	(3.215)	(6.467)	(3.252)	(3.215)	(6.467)
Veículos	25	(1.197)	(866)	(2.063)	(1.197)	(866)	(2.063)
Instalações e edificações	(b)	(436)	(436)	(872)	(436)	(436)	(872)
Sistemas operacionais	11	(458)	(591)	(1.049)	(458)	(591)	(1.049)
		(5.502)	(4.782)	(10.284)	(5.502)	(4.782)	(10.284)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível. (b) Bens totalmente depreciados.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2017		2018		Saldo final
	Saldo inicial	Adoção Inicial	CPC 47 Adições	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura	905.308	(2.282)	-	-	903.026
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.490	-	-	406	3.896
Intangível	908.798	(2.282)	-	584	907.100
		2.282	1.581	(178)	3.685

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 247 em 2018 (R\$ 464 em 2017).

A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,84% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de financiamentos e debêntures) e 15,44% a.a. em 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017			2018		
		Saldo inicial	Adições	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(b)	(26.642)	(23.019)	(49.661)	(26.642)	(23.019)	(49.661)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.585)	(707)	(2.292)	(1.585)	(707)	(2.292)
		(28.227)	(23.726)	(51.953)	(28.227)	(23.726)	(51.953)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar em 2018	Vencimento final 2018	2017
1. Caixa Econômica Federal	CDI + 4,5% a.a.	6,6164%(a)	2.521	-	de 2018	- 181.016(c)
2. Banco BTG Pactual S.A.	CDI + 0,95% a.a.	4,8062%(a)	920	-	Março de 2018	- 26.723(b)
						- 207.739
Circulante						- 208.444
Financiamentos						- (705)
Custos de transação						- 207.739

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada da operação. (b) Cessão fiduciária de aplicações financeiras, com aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. (c) Aval corporativo das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. 1. Em 29 de abril de 2016, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB), foi recebido o recurso de R\$ 140.420, com vencimento de principal e juros em 30 de agosto de 2016 e remuneração de CDI + 4,50% a.a. A emissão contava com aval corporativo proporcional, não solidário, com ou sem prêmio, das acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações. Em 2017, foram feitos adiantamentos, postergando a data de vencimento para 25 de fevereiro de 2018. Em 20 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancária (CCB) contratada junto à Caixa Econômica Federal. 2. Em 22 de março de 2017, foi firmado contrato de capital de giro com o BTG Pactual, no montante de R\$ 25.000, com vencimento em 20 de março de 2018 e remunerado ao CDI + 0,95% a.a.. Em 09 de fevereiro de 2018, ocorreu o resgate antecipado da Cédula de Crédito Bancária (CCB) contratada junto à BTG.

Denominado

Média ponderada de ações (em milhares)

Prejuízo por ação - básico e diluído

17. Receitas

	2018	2017
Receitas de pedágio	136.568	103.730
Receitas de construção (CPC 01 / R1)	1.357	23.954
Receitas acessórias	55	49
Receita bruta	137.980	127.733
Impostos sobre receitas	(11.887)	(9.000)
Devoluições e abatimentos	(178)	(187)
Deduções das receitas brutas	(12.065)	(9.187)
Receita líquida	125.915	118.546

18. Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras	(63.741)	(105.162)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(22.044)	(44.518)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(212)	(38)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	375	1.790
Capitalização de custo dos empréstimos	(603)	(635)
Outras despesas financeiras	(66.225)	(148.563)

Receitas financeiras

	2018	2017
Juros e Variações Monetárias com partes relacionadas	1.930	358
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	3
Variações Cambiais s/ Fornecedor estrangeiros	36	354
Juros e outras receitas financeiras	1.966	47.235
	(64.259)	(101.328)

Resultado financeiro líquido

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto com o Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como: emissão de títulos de dívida de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações de empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2018		2017	
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	1.433	-	-	1.595
Aplicações financeiras	59.690	-	-	7.841
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	13	-	-	-
Contas a receber	-	5.108	-	4.637
Passivos				
Debêntures (a)	-	(628.327)	-	(474.182)
Financiamentos (a)	-	(2.771)	-	(207.739)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(255.239)	-	(2.526)
Mútuos - partes relacionadas	-	(361)	-	(161.760)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(361)	-	(106)
Total	61.136	5.108 (896.698)	9.436	4.637 (843.315)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar, e contas a pagar - partes relacionadas - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações. • Mútuos - partes relacionadas - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas. • Financiamentos e debêntures mensurados ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2018	2017		2018	2017
Financiamentos (a) (b)	Valor contábil	Valor justo	Financiamentos (a) (b)	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	642.693	726.093	Debêntures (a) (b)	208.444	208.496
a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação. b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme a definição detalhada no item "Hierarquia de Valor Justo", a seguir. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI). Hierarquia de valor justo: A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:				472.389	475.273
Nível 2:					
Aplicações financeiras e conta reserva					
Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.					
	2018	2017		2018	2017
	59.703	7.841		59.703	7.841

Composição do Conselho de Administração				Composição da Diretoria			
Ricardo Antônio Mello Castanheira	Presidente do Conselho	João Daniel Marques da Silva	Conselheiro	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente	Flávio de Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro
João Daniel Marques da Silva	Conselheiro	Sami Farah Junior	Conselheiro				
Sami Farah Junior	Conselheiro	Guilherme Motta Gomes	Conselheiro				
Guilherme Motta Gomes	Conselheiro	Tulio Toledo Abi-Saber	Conselheiro				
Tulio Toledo Abi-Saber	Conselheiro	Pedro Augusto Cardoso da Silva	Conselheiro				
Pedro Augusto Cardoso da Silva	Conselheiro						
Composição do Conselho Fiscal				Composição do Conselho Fiscal			
Paulo Yukio Fukuzaki	Presidente do Conselho	Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro	Paulo Yukio Fukuzaki	Presidente do Conselho	Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro
Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro	Leandro Ferreira Gonçalves	Conselheiro	Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro	Leandro Ferreira Gonçalves	Conselheiro
Leandro Ferreira Gonçalves	Conselheiro						
Contador				Contador			
Hélio Aurélio da Silva - CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ				Hélio Aurélio da Silva - CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ			
Parecer do Conselho Fiscal				Parecer do Conselho Fiscal			
O Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem utilizadas para fins de divulgação pública.				O Conselho Fiscal da Concessionária ViaRio S.A., no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando as informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, manifesta-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, que estão em condições de serem utilizadas para fins de divulgação pública.			

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas no cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a seguinte:

Operação	Risco	Vencimentos até em R\$ (m)	Exposição em R\$ (m)	Efeito em R\$ no resultado
Debêntures - 7ª Emissão	CDI (2) 2028	642.693	(60.963)	(76.204)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) (2) (3)	CDI (2)	36.251	2.273	2.840
Aplicação financeira (Santander Soberano) (2) (3)	CDI (2)	23.439	1.451	1.813
Total do efeito de ganho ou (perda)			(57.239)	(71.550)
As taxas de juros consideradas foram (2):				
	CDI (2)		6,40%	8,00%
				9,60%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária ViaRio S.A.**, Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **a) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Conforme mencionado nas notas explicativas 2(h) e 11, a Companhia avaliou a existência de indicador de redução ao valor recuperável e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras, que é baseado no orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados à Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura deitido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia no teste do valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme mencionado nas notas explicativas 2(i) e 8, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises quanto ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(i) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências

obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP/014428/O-6

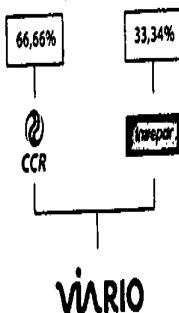
Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-6

Concessionária ViaRio S.A.

CNPJ/MF nº 15.440.708/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia"), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. 1.2. Apresentação: Contrato de Concessão: A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ" ou "Poder Concedente"). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves ("Ligação Transolímpica" ou "Via"), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 2047. Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia ("Subsídio"), autorizado por lei municipal. Perfil da Concessionária: A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande. A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus - na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico. A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários. O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Bórua, Jacarepaguá. Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br. Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2018, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



Políticas de Compliance: A Companhia implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta ("Código"), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia. Além disso, a Companhia implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viario/>). Todas as informações recebidas através dos canais de denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo. 2.2. Gestão de Pessoas: Treinamentos: Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o "Projeto Integração", garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2018 foram realizadas 67 horas de treinamentos visando esta qualificação. Ainda em 2018 foram realizadas 418 horas de treinamentos técnicos voltados à capacitação nos sistemas operacionais e administrativos da Concessionária, totalizando 485 horas de treinamento. Oportunidades Internas: A Companhia busca priorizar o recrutamento interno de colaboradores e 8 colaboradores tiveram a oportunidade de mudar de função neste ano. Jovem Aprendiz: Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante dar a primeira oportunidade de trabalho aos jovens. Através do Programa "Jovem Aprendiz", a Companhia contribui no desenvolvimento destes futuros profissionais no aprendizado das atividades da Companhia, e os preparando para o mercado de trabalho, além de estimulá-los na continuidade de sua formação acadêmica. Pessoas com deficiências (PCD): Além de garantir o cumprimento das exigências legais, a Companhia considera importante quebrar barreiras e paradigmas realizando a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2018 foi de 190 e 125, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1. Receita operacional:

Faturamento (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	136.568	103.730	32.838	32%
Receitas de construção (ICPC 01)	1.357	23.954	(22.597)	-94%
Receitas acessórias	55	49	6	12%
Receita bruta	137.980	127.733	10.247	8%
(-) Impostos sobre receitas	(11.887)	(9.000)	(2.887)	32%
(-) Devoluções e abatimentos	(178)	(187)	9	-5%
(-) Deduções das receitas brutas	(12.065)	(9.167)	(2.898)	31%
Receita líquida	125.915	118.546	7.369	6%

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2018	2017	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	(86.225)	(148.563)	62.338	-42%
Juros sobre debêntures e financiamentos	(63.741)	(105.162)	41.421	-39%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(22.044)	(44.518)	22.474	-50%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção (212)		(38)	(174)	458%
Capitalização de custo dos empréstimos	375	1.790	(1.415)	-79%
Outras despesas financeiras	(603)	(635)	32	-5%
Receitas Financeiras	1.966	47.235	(45.269)	-96%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas		46.520	(46.520)	-100%
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.930	358	1.572	439%
Variações Cambiais s/ Fornecedores estrangeiros		3	(3)	-100%
Juros e outras receitas financeiras	36	354	(318)	-90%
Resultado Financeiro Líquido	(84.259)	(101.328)	17.069	-17%

A Companhia finalizou o exercício de 2018 com um resultado financeiro de R\$ 84,2 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre debêntures e financiamentos. Quando comparados ao exercício anterior, temos uma redução dos juros devido a captação do financiamento de longo prazo com melhores taxas, em fevereiro de 2018. 3.4. Endividamento: Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 628,3 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018, dívida estruturada junto aos bancos. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028. Ao longo do ano de 2018 a Companhia firmou com seus acionistas contratos de mútuo no montante de R\$ 84,5 milhões, com vencimento em janeiro de 2034. 3.5. Investimentos: No ano de 2018 foram realizados R\$ 4,5 milhões em investimentos, destacando-se: automação do túnel, melhoria do revestimento vegetal dos taludes, implantação de melhoria e ampliação do sistema de drenagem da Via, melhoria e ampliação de contenções em cortes e aterros. 3.6. Dividendos propostos: Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2018 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia obteve prejuízo no exercício. 4. Sustentabilidade: Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2018 foram realizadas as seguintes ações: Cine em Canga: Cinema itinerante com a participação de 1.013 pessoas diretamente e 4.052 indiretamente. Projeto BuZum: Realização do teatro de bonecos adaptado dentro de um ônibus com temáticas educativas para os alunos da rede pública. Programa Caminhos para Cidadania: Educação no trânsito, cidadania e meio ambiente para alunos da rede pública de ensino. Em 2018 o programa atendeu a 2.524 alunos e 68 professores em diversas regiões do entorno. Nosso Mundo Melhor "Voluntariado": Essa campanha reuniu os colaboradores em uma ação de voluntariado de reforma da brinquedoteca.

	28.508	26.183	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.240)	(3.240)
Imposto de renda e contribuição social em termos de Depreciação e amortização	63.741	105.182	Aquisição de ativo imobilizado	(1.334)	(23.143)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(375)	(1.790)	Aquisição de ativo intangível	(42.549)	(7.841)
Capitalização de custo de empréstimos	2.338	757	Aplicações financeiras líquidas de resgate	(47.123)	(33.711)
Constituição da provisão de manutenção	212	38	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Ajuste a valor presente provisão de manutenção			Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(13)	
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1	37	Aplicações na conta reserva		
Provisão para perda esperada - contas a receber	3	2	Financiamentos e debêntures:	603.641	441.365
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	22.044	(2.002)	Captações	(598.419)	(400.000)
Atualização monetária de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	8	(3)	Pagamentos de principal	(119.557)	(33.366)
Variações Cambiais s/ Fornecedores estrangeiros	106.183	101.393	Pagamentos de juros		
			Mútuos com partes relacionadas:	84.590	42.814
			Captações		(11.943)
			Pagamentos		
Variações nos ativos e passivos			Caixa líquido (usado nas) provenientes de	(29.758)	38.870
(Aumento) redução dos ativos	(474)	(1.553)	atividades de financiamento	9.138	(10.526)
Contas a receber	1.777	3.220	Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		
Tributos a recuperar	1.134	(579)	Demonstração do aumento/(redução) do caixa e		
- Despesas antecipadas e outros	42	195	equivalentes de caixa	1.595	12.12
Adiantamento a fornecedores			No início do exercício	10.733	1.59
Aumento (redução) dos passivos	(131)	(5.117)	No final do exercício	9.138	(10.526)
Fornecedores	(2.902)	(64.248)			
Contas a pagar - partes relacionadas	1.349	4.579			
Impostos e contribuições a recolher	(37)	-			
- Liquidação de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

3. **Contexto Operacional** – A Concessionária ViaRio S.A. ("ViaRio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 06.940.258/0001-00, com sede em São Paulo, SP, e filial em Rio de Janeiro, RJ, com endereço: Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica ("Concessão"). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012. O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A Ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") em 09 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da família olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Ligação Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boituna, Jacarepaguá.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas uniformemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a)

Moeda estrangeira: • Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre ativos e os passivos são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

